

# DIÁLOGO INSTITUCIONAL COM O PGJ



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

## Mensagem nº 15, 11 de outubro de 2017.

Caros companheiros de jornada,

Nesta semana da criança, o Ministério Público reconhece a prioridade absoluta de seus direitos estabelecidos desde a Constituição de 88, que este ano atinge seus 29 anos. Nesse sentido, o CAOp/IJ e a Escola Superior do Ministério Público organizaram o CONGRESSO 27 ANOS DO ECA: CAMINHOS PARA A JUSTIÇA ADAPTADA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTE, aberto a todo o sistema de garantia de direitos, com a participação de palestrantes, inclusive de renome internacional, com debates importantes e profundos sobre a necessidade de se garantir que o sistema de Justiça não se torne agente de violência institucional contra essa população. Nesse sentido, assinei expedientes ao Judiciário e ao Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente para que busquem se adequar à Lei nº 13.431/2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, cria mecanismos para prevenir e coibir a violência, nos termos do art. 227 da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos da Criança e seus protocolos adicionais, da Resolução no 20/2005 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e de outros diplomas internacionais, e estabelece medidas de assistência e proteção à criança e ao adolescente em situação de violência. Estes expedientes são decorrentes de Nota Técnica elaborada por Grupo de Trabalho, coordenado pelo CAOPIJ, sob a relatoria da colega MICHELE SARAIVA e com a intensa participação de todos seus componentes.

Hoje, dia 11 de outubro, é o DIA INTERNACIONAL DA MENINA, conforme Resolução da ONU, em razão da permanência da vulnerabilidade decorrente da desigualdade e da violência de gênero. Por essa razão, durante o Congresso, houve a transmissão simbólica da coordenação do CAOp/IJ, entregando o colega SANDRO LOBATRO o comando do órgão à adolescente GLEYCY COSTA, que assinou comigo expediente dirigido a todos os Promotores de Justiça, exortando que incentivem, junto aos governos municipais, a replicação do movimento de ocupação simbólica dos cargos públicos por meninas, para que sua voz seja ouvida, retirando-as da invisibilidade.

Além do Congresso e da continuação do curso de vitaliciamento dos novos Promotores de Justiça, as atividades voltadas ao aprimoramento de nosso capital humano se desenvolveu esta semana de várias outras formas. A coordenação de modernização e de tecnologia da informação e a Procuradora de justiça SELENE COELHO LACERDA, representando o Procurador-Geral de Justiça, colheram em São Paulo, elementos de tecnologia de software utilizado pela força-tarefa da LAVA-JATO, para desenvolvimento local. A Procuradora de Justiça também conheceu a experiência do MP Paulista no Núcleo de Recursos, exercido pelo segundo grau daquele *parquet*. Para nivelamento das relações institucionais com a nova Procuradora-Geral da República, o MPMA foi representado pela Procuradora de Justiça DOMINGAS FRÓZ, que acompanhou os demais integrantes do CNPG no encontro, que será periódico.

O Colégio de Procuradores de Justiça aprovou a Resolução que trata da eleição para composição da lista tríplice para a escolha do ouvidor do Ministério Público do Maranhão, no biênio 2017/2019, a qual ocorrerá, no dia 26 de outubro de 2017, das 8h às 14h, por meio eletrônico e virtual, sob a coordenação da Comissão Eleitoral formada pelos Procuradores de Justiça JOSÉ ANTÔNIO OLIVEIRA BENTS, KRISHNAMURTI LOPES MENDES FRANÇA e FLÁVIA TEREZA DE VIVEIROS VIEIRA, tendo como suplente a Procuradora de Justiça MARIA LUIZA RIBEIRO MARTINS.

Em homenagem à transparência e em respeito à parceria com os servidores, colaboradores indispensáveis da missão constitucional do MPMA, realizamos audiência pública em parceria com o SINDSEMP, em que foram expostas informações sobre os investimentos realizados na estruturação do Ministério Público em todo o estado e acerca da previsão orçamentária para 2018.

Sobre o respeito ao dinheiro público que utilizamos na manutenção do Ministério Público, divulgamos o ranking inicial do Desafio Sustentável, referente ao período de junho a agosto de 2017, em que a Promotoria de Justiça da Comarca de Morros alcançou o primeiro lugar na economia de energia, sendo seguida pelas Promotorias de Justiça das Comarcas de São Domingos do Azeitão, Santa Luzia do Paruá, Barão de Grajaú e Amarante do Maranhão. Com relação a redução no consumo de água, a Promotoria de Justiça da Comarca de São João dos Patos alcançou o melhor resultado e ocupa a primeira colocação. As Promotorias de Justiça das Comarcas de Bom Jardim, Núcleo de Execução Penal, Paraibano e Codó ocupam, respectivamente, 2º, 3º, 4º e 5º lugares. A segunda etapa da avaliação dos resultados será finalizada em novembro. A premiação acontecerá durante a programação do 7º Congresso Estadual do MPMA, em dezembro.

Na tarde desta terça-feira, a convite do MPMA, realizamos ampla reunião com representantes de diversos setores relacionados com a fiscalização e o atendimento no trânsito, além da segurança pública, saúde e outras políticas públicas correlatas, para o planejamento de estratégias sobre sua municipalização. Foi criado um Comitê Interinstitucional para Prevenção de Acidentes de Trânsito, cuja primeira iniciativa será realização de uma audiência pública, na manhã de 20 de novembro, para tratar sobre o tema. Este gabinete encaminhará, na próxima semana, minuta de portaria de Procedimento Administrativo voltado à indução da municipalização da fiscalização do trânsito e de modelo de TAC com esse objetivo, que se pretende assinar na mesma data da audiência pública.

Este é o Ministério Público que estamos construindo juntos e juntos, temos que pensar seu futuro, como instituição que inspire confiança e credibilidade para o cidadão, ao mesmo tempo em que a dedicação e o compromisso de seus membros tenha incentivo e valorização permanentes. Assim, como parte do Planejamento Estratégico foi iniciada, às 8h da manhã desta segunda-feira, 9, a votação eletrônica sobre Arquitetura Organizacional, que está disponível a todos os membros ativos do Ministério Público do Maranhão, para participação no processo decisório. O processo teve início com a emissão da zerésima, comprovante de que nenhum voto foi computado antes do início da votação. Projeto estruturante do Planejamento Estratégico, a Arquitetura Organizacional tem o foco no desenvolvimento de uma cultura organizacional de planejamento e gestão; na melhoria da gestão administrativa e nos processos de trabalho; na implantação do modelo de gestão de pessoas com foco em competências e resultados; na adequação do quadro funcional às necessidades da instituição e otimização da execução orçamentária.

O link para votação está disponível na página do MPMA até as 15h do dia 13 de outubro de 2017. Entre os questionamentos da enquete estão as possibilidades de alterações na carreira ministerial, entrância única, unificação de entrâncias, remoção da remoção, critérios de movimentação horizontal, e a elevação de entrância de algumas Promotorias. A participação de todos e de todas é importantíssima para a identificação das expectativas de todos que compomos a carreira ministerial.

O Eg. CSMP, atendendo requerimento de mais de cinquenta colegas, iniciou o julgamento de pedido de reconsideração acerca da decisão unânime do colegiado que resultou nos enunciados 20 e 21/2017, acerca da possibilidade da remoção da remoção. Após o voto do relator, o Conselheiro FRANCISCO BARROS, pela higidez da decisão, pediu vista a Conselheira SANDRA ELOUF. O julgamento deve retomar na próxima sessão ordinária.

E no debate constante, aberto e democrático que estamos construindo as alternativas para que a movimentação na carreira seja destravada, possibilitando a conjugação dos legítimos planos pessoais de cada membro com o indeclinável interesse público. Peço a todos que analisem, com gravidade e atenção, todas as questões propostas, para que possamos ter o retrato mais atual e fidedigno dos anseios dos homens e mulheres que, com enorme compromisso, dedicam suas vidas ao Ministério Público e à sociedade a que servimos.

Avante MP! Deus nos abençoe a todos!

Luís Gonzaga Martins Coelho  
Procurador-Geral de Justiça